

CARTA DE RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO

À

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

Reclamante: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

CTPS nº: _____ Série: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Reclamada: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Endereço completo: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante foi admitido pela Reclamada em ____/____/_____, para exercer a função de

_____;

sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Durante a vigência do contrato, ocorreram fatos que configuram grave violação das obrigações contratuais pela Reclamada,

fundamentando a rescisão indireta do contrato de trabalho, conforme art. 483 da CLT.

1. Falta grave cometida pela Reclamada:

- a) Atrasos reiterados no pagamento de salários e demais verbas trabalhistas;
- b) Exposição do trabalhador a condições insalubres e perigosas sem fornecimento dos equipamentos de proteção individual;
- c) Não recolhimento do FGTS, conforme comprovantes anexos;
- d) Descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;
- e) Assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho;
- f) Redução unilateral e ilegal do salário;
- g) Alteração prejudicial das condições de trabalho;

h) Outras situações que configuram falta grave, conforme será detalhado abaixo.

2. Descrição detalhada dos fatos e suas consequências:

II – DO DIREITO

A rescisão indireta do contrato de trabalho está prevista no artigo 483 da CLT, que garante ao empregado o direito de

considerar rescindido o contrato e pleitear as verbas rescisórias quando o empregador:

- Não cumprir as obrigações do contrato;
- Praticar atos lesivos à honra e boa fama do empregado ou seus familiares;
- Praticar atos de violência física ou moral;
- Reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a remuneração;
- Não cumprir as obrigações legais ou contratuais;
- Expor o empregado a perigo manifesto de mal considerável;
- Descumprir as normas de saúde e segurança do trabalho;
- Praticar qualquer das faltas graves previstas no artigo 482 da CLT.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho do Reclamante;

2. A condenação da Reclamada ao pagamento das verbas rescisórias devidas, incluídas, mas não limitadas a:

- Aviso prévio indenizado;
- Saldo de salário;
- Férias vencidas e proporcionais com 1/3 constitucional;
- 13º salário proporcional;
- Multa de 40% sobre o FGTS;
- Liberação das guias para saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego;
- Indenização por danos morais, caso aplicável;
- Honorários advocatícios;
- Correção monetária e juros legais;

3. A juntada dos documentos comprobatórios dos fatos alegados;

4. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente a testemunhal e pericial;

5. A condenação da Reclamada ao pagamento das custas processuais e demais cominações legais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/carta-de-rescisao-indireta/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.